

Avaliação do consumo intermediário para os municípios da Zona Sul do Rio Grande Do Sul: Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul **FERNANDES, Luciana Lobo¹; GOMES, Mario Conill²**

¹UFPEL- lulobopel@hotmail.com

²UFPEL – mconill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Dados apresentados por KAGEYAMA (1990) evidenciam que o percentual do crescimento do consumo intermediário sobre o valor bruto da produção agropecuária brasileira, passou de uma participação que era de 10%, em 1949, antes da Revolução Verde, para 40% na década de 80, pós Revolução Verde. Essa participação do consumo intermediário sobre o valor da produção representa um indicador do processo de modernização agrícola, englobando o valor de todos os insumos de bens e serviços que desaparecem no decorrer do processo de produção (despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos).

Em um período mais recente, temos o relatório produzido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil¹ (CNA) sobre a safra agrícola 2007/2008 e o movimento liderado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul² (FETRAF-SUL). Ambos reacendem a discussão, iniciada por KAGEYAMA, alertando para o alto gasto com produtos de consumo intermediário e as dificuldades de pagamento dos financiamentos realizados pelos produtores rurais. O que traz à tona a ideia de que a receita obtida pelos agricultores, através da venda dos produtos agrícolas, pode não estar cobrindo totalmente os custos de produção, dado os altos preços dos insumos (consumo intermediário).

Diante disso, um aspecto importante é que na agricultura o resultado econômico é afetado pela escala de produção. Para os estabelecimentos rurais com poucos hectares de terras este fato é ainda mais crítico, uma vez que a área é um fator limitante à maior parte deste tipo de unidade de produção, principalmente no que toca os municípios da zona sul do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, a relevância em analisar os resultados econômicos da agricultura para o desenvolvimento de estratégias canalizadoras de oportunidades para esse

¹ Vide documento produzido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) intitulado "Agropecuária Brasileira: balanços e perspectivas". Disponível em www.cna.org.br. Acesso em 10 de agosto de 2011.

² Acesse <http://www.fetrafsul.org.br> para ver informações sobre o movimento da FETRAF-SUL.

setor vem ganhando espaço. Por isso, o presente trabalho pretende investigar os impactos do consumo intermediário para os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, ambos situados na zona sul do Rio Grande do Sul. E, dessa forma, avaliar como o consumo intermediário impacta sobre o desempenho econômico das unidades produtivas com diferentes estratos de área. Isso se dará com base em dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa utilizou dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2006 e considerou três municípios com características de produção agrícolas semelhantes entre si: Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul.

O Censo agropecuário de 2006 registrou para o município de Canguçu, conhecido por ser a “Capital da agricultura familiar”, já que possui a maior concentração de minifúndios do país e uma forte base econômica amparada na agricultura, 826 estabelecimentos agropecuários, concentrando cerca de 63% da população total do município no meio rural. A mesma pesquisa destaca que 14% da população de Pelotas reside no perímetro rural e está distribuída em 185 estabelecimentos agropecuários. Já o município de São Lourenço do Sul, com características bastante semelhantes ao de Canguçu, tem sua base econômica composta, em grande parte, pela agricultura, sendo que 44% da população reside na área rural e está distribuída em 433 estabelecimentos agropecuários. Basicamente, a essência do cultivo agrícola para as propriedades rurais desses municípios com até 50 ha (pequenas propriedades), se dá pela cultura do fumo, leite e milho. Enquanto que para os demais estratos (médias e grandes propriedades) a soja, o arroz, o milho e a criação de grandes animais são a base da agricultura daqueles municípios.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi elaborada com base em LIMA (2005). Na concepção desse autor, as características estruturais da unidade, o grau de intensificação da produção, a eficácia técnica e gerencial da produção e despesas com aquisição dos meios de produção, determinam o desempenho das unidades produtivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como LIMA (2005) destaca, o consumo intermediário é um dos fatores que interferem no resultado econômico das unidades produtivas, à medida que a

adição desses produtos ao processo produtivo gera eficácia técnica, aumentando a produtividade. Porém, o efeito negativo é a dependência que os agricultores possuem desses insumos, já que este tipo de despesa vem crescendo nas unidades produtivas do país.

Sendo assim, a Tabela 1, ilustra o percentual (%) do Consumo Intermediário (CI) sobre o Valor Bruto de Produção (VBP) para os respectivos estratos de área:

Tabela1. % do Consumo Intermediário sobre o Valor Bruto de Produção

Município	Variável	Estratos de área (ha)				Total
		< 50	50 < 200	200 < 500	>500	
Canguçu	VBP	134.950	15.155	3.160	6.227	159.492
	CI	39.194	9.183	3.730	5.034	57.141
	% de CI s/ VBP	29%	61%	118%	81%	36%
Pelotas	VBP	72.167	11.283	5.220	27.791	116.461
	CI	27.086	6.810	2.762	7.974	44.632
	% de CI s/ VBP	38%	60%	53%	29%	38%
São Lourenço do Sul	VBP	104.411	15.847	6.998	11.775	139.031
	CI	34.646	10.951	5.013	5.199	55.809
	% de CI s/ VBP	33%	69%	72%	44%	40%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 - IBGE. Adaptado pelo autor.

Percebe-se, através da análise da Tabela 1, que o consumo intermediário impacta de forma mais expressiva nos estratos de área intermediários, de 50 até 500 ha. Sendo que para esses estratos, a influência do consumo intermediário é mais relevante no município de Canguçu. Além disso, as unidades produtivas dos três municípios com área inferior a 50 ha apresentam um resultado mais eficiente do ponto de vista econômico, já que o consumo intermediário é menor. As principais despesas que compõem esse tipo de gasto para os estratos de área com menos de 50 ha, são os adubos, seguidos pelos combustíveis. Já para os demais estratos, as despesas mais evidentes são com adubos, combustíveis e a compra de animais. Cumpre ressaltar as análises de PAYÉS (1997), ao evidenciar que a racionalidade que baseia as decisões econômicas dos pequenos produtores é voltada para a redução do risco, já que as decisões permeiam o campo da incerteza. Tendo em vista que, na maioria das vezes, os pequenos produtores possuem disponibilidade limitada de capital, esses orientam a produção segundo objetivos de racionalidade que, normalmente, visam: reduzir os custos totais da família e da produção; minimizar os riscos bioclimáticos e de mercado; a fim de garantir a segurança alimentar da família.

4. CONCLUSÕES

Embora a disponibilidade de área agricultável seja um fator condicionante do resultado econômico para as pequenas propriedades, percebeu-se que essas unidades possuem um resultado mais eficiente, já que utilizam racionalmente seus recursos. A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados em face da escassez de melhores alternativas econômicas para as famílias rurais (CALDAS, SACCO DOS ANJOS e CARUSO, 2005). Frente a esse diagnóstico, é perceptível que questões comportamentais envolvendo aspectos como as tradições regionais, os riscos sobre a comercialização e o lucro, impactam no cultivo de certos produtos. Essa constatação pode não ser favorável, à medida que os produtores mantêm determinados padrões que causam mais dependência dos insumos externos, os quais podem provocar impactos danosos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores. Aqueles aspectos podem, inclusive, esbarrar na ausência de inovações e na falta da diversificação de outras culturas nas propriedades, além de afetar diretamente o valor bruto de produção dos municípios em relação a proporção de consumo intermediário utilizado. Portanto, resta ainda, avaliar com mais profundidade as dimensões que envolvem a complexidade das questões de eficiência econômica para os estabelecimentos familiares e não familiares da zona sul do Rio Grande do Sul, tendo em vista que os pequenos e grandes proprietários de terras possuem características comportamentais e resultados econômicos diferenciados entre si.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; CARUSO, C. O. **Previdência Social e Agricultura Familiar: estudo de impacto em quatro regiões do Rio Grande do Sul**. XLIII CONGRESSO DA SOBER, 2005.

KAGEYAMA, A. et al. (1990) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al. (orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. (Relatório, n. 127).

LIMA, A. P. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Editora Unijuí. 2005.

PAYES, M.A.M; SILVEIRA, M.A. **A racionalidade Econômica do Empresário Familiar**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 21p. (Embrapa-CNPMA. Documentos,10), 1997.